



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 17/XV/1.ª SL

Aos 21 dias do mês setembro de 2022, pelas 11 horas, reuniu-se a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1 – Apreciação e votação da ata n.º 16/XV/1.ª, correspondente à reunião de 14 de setembro de 2022;**
- 2 - Distribuição e nomeação de relatores das seguintes iniciativas legislativas:**
 - [Projeto de lei n.º 282/XV/1.ª \(PCP\)](#) - Autoridade Marítima Nacional;
Relator a designar pelo GP do PS
 - [Projeto de Lei n.º 283/XV/1.ª \(PCP\)](#): - Aprova a orgânica da Polícia Marítima;
Relator a designar pelo GP do PSD
- 3 – Discussão e votação do relatório relativo à Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao estabelecimento de um instrumento para reforçar a indústria europeia da defesa através da contratação pública colaborativa [[COM\(2022\)349](#)];**
Relatora: Deputada Olga Silvestre (PSD)
- 4 - Discussão e votação dos seguintes requerimentos:**
 - A) Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar da IL, para audição, com carácter de urgência, da (1) Ministra da Defesa, (2) do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), (3) da Secretária-Geral do Sistema de Informações da República e (4) do Diretor-Geral do Gabinete Nacional de Segurança, na sequência de notícia veiculada nos meios de comunicação social relacionada com uma alegada quebra de segurança e incapacidade de deteção da mesma, envolvendo documentos classificados da NATO;**
 - B) Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição, com carácter de urgência, da (1) Ministra da Defesa, (2) do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), (3) do Secretário de Estado da Digitalização e da Modernização Administrativa e (4) do Diretor-Geral do Gabinete Nacional de Segurança, sobre o mesmo tema;**
 - C) Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH, para audição, com carácter de urgência, da (1) Ministra da Defesa, (2) do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), (3) do Secretário de Estado da**



Comissão de Defesa Nacional

Digitalização e da Modernização Administrativa e (4) do Diretor-Geral do Gabinete Nacional de Segurança, sobre o mesmo tema;

5 - Outros assuntos.

1 – Apreciação e votação da ata n.º 16/XV/1.ª, correspondente à reunião de 14 de setembro de 2022

Aberta a [reunião](#) pelo Senhor Presidente, Deputado Marcos Perestrello, foi apreciada e aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do BE, a ata n.º 16/XV/1.ª, correspondente à reunião de 14 de setembro de 2022. Previamente à votação, o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) sinalizou uma gralha na última página do projeto de ata, no ponto 4: onde se lia «... requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, devia ler-se «requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS...», que foi de imediato corrigida.

2 - Distribuição e nomeação de relatores de iniciativas legislativas

Em seguida, procedeu-se à distribuição e nomeação de relatores das seguintes iniciativas legislativas:

PROJETOS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR
PJL 282/XV/1.ª (PCP)	Autoridade Marítima Nacional	Deputada Maria da Luz Rosinha (PS)
PJL 283/XV/1.ª (PCP)	Aprova a orgânica da Polícia Marítima	Deputado Paulo Moniz (PSD)

3 – Discussão e votação do relatório relativo à Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao estabelecimento de um instrumento para reforçar a indústria europeia da defesa através da contratação pública colaborativa [[COM\(2022\)349](#)]



Comissão de Defesa Nacional

Uma vez que a respetiva relatora, Senhora Deputada Olga Silvestre (PSD), se encontrava ausente, em missão no estrangeiro, por sugestão do Senhor Presidente, procedeu-se ao adiamento, para a reunião seguinte, da discussão e votação do relatório sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao estabelecimento de um instrumento para reforçar a indústria europeia da defesa através da contratação pública colaborativa [[COM\(2022\)349](#)], relatório que já fora distribuído aos Senhores Deputados membros da Comissão.

4 - Discussão e votação dos requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares da IL, do PSD e do CH, para audição de diversas entidades, na sequência de notícia veiculada nos meios de comunicação social relacionada com uma alegada quebra de segurança e incapacidade de deteção da mesma, envolvendo documentos classificados da NATO.

Para fazer a apresentação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar da IL, para audição, com caráter de urgência, da Ministra da Defesa, do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, da Secretária-Geral do Sistema de Informações da República e do Diretor-Geral do Gabinete Nacional de Segurança, na sequência de notícia veiculada nos meios de comunicação social relacionada com uma alegada quebra de segurança e incapacidade de deteção da mesma, envolvendo documentos classificados da NATO, usou da palavra o Senhor Deputado Rodrigo Saraiva (IL), que disse não ir alongar-se muito, uma vez que o teor do requerimento e o caso concreto eram do conhecimento de todos, além de que todos partilhavam as preocupações em termos de segurança do Estado que lhe estavam subjacentes, acrescentando que a Iniciativa Liberal estaria disponível para, caso a Comissão assim o deliberasse, que todas ou algumas das audições requeridas pudessem decorrer à porta fechada, dada a especificidade e a sensibilidade do tema.

Seguidamente, o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) interveio para apresentar o requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, para audição, com caráter de urgência, da Ministra da Defesa, do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, do Secretário de Estado da Digitalização e da Modernização Administrativa e do Diretor-Geral do Gabinete Nacional de Segurança, sobre o mesmo tema, tendo afirmado que o requerimento era autoexplicativo, fazendo, no entanto, sentido densificá-



Comissão de Defesa Nacional

lo, por se estar perante uma situação de enorme gravidade, acrescida pela circunstância de implicar a segurança de Portugal e da Aliança Atlântica, num difícil contexto de guerra na Ucrânia. Alegadamente – referiu -, estaria em causa a venda na *dark web* de centenas de documentos, enviados pela NATO e classificados como secretos e confidenciais, que haviam sido confiados à guarda de Portugal, cuja alegada venda só chegou ao conhecimento do Governo português através de terceiros, isto é, através da Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa. Aparentemente – disse -, tratou-se de um ciberataque prolongado no tempo, mas que, apesar dessa circunstância temporal, não fora detetado, importando, por isso, apurar por que razão não o foi. Explicitou que, eventualmente, estariam em causa quatro crimes contra o Estado - espionagem, violação do segredo de Estado, acesso ilegítimo a sistema informático e acesso indevido a dados protegidos pela Lei de Proteção de Dados Pessoais –, crimes cuja investigação caberia à Polícia Judiciária, que, todavia, apenas tomou conhecimento dessa ocorrência por via da comunicação social - situação que causava alguma perplexidade. Referiu também que, nos últimos dias, fora aberto um processo de inquérito criminal nessa área, mas que parecia ser dado como assente que a tomada de conhecimento se operou, em primeira instância, por via da comunicação social. Sublinhou, ainda, que a abrangência, a amplitude do ciberataque não estava totalmente apurada, desconhecendo-se se foram quebradas regras de segurança na transmissão da informação, se os ataques foram feitos nos servidores ou em contas pessoais, distinção essa que fazia toda a diferença. Concluiu dizendo que havia todo um conjunto de perguntas que importava esclarecer e que competia, obviamente, ao Parlamento fazê-lo, daí as audições requeridas, a realizar o mais urgentemente possível, mas de acordo com a disponibilidade de agenda de cada uma dessas entidades, adiantando que todas as audições, sem exceção, deveriam ser feitas num modelo que promovesse a reserva da informação e que não comprometesse as diligências que pudessem estar em curso, ou seja, deveriam decorrer à porta fechada.

O Senhor Deputado Pedro Pessanha (CH) usou da palavra para apresentar o requerimento do Grupo Parlamentar do CH, também para audição, com caráter de urgência, da Ministra da Defesa, do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, do Secretário de Estado da Digitalização e da Modernização Administrativa e do Diretor-Geral do Gabinete Nacional de Segurança, sobre o mesmo tema, tendo



Comissão de Defesa Nacional

começado por referir que o mais importante já havia sido dito, mas que o Chega estava bastante preocupado e gostaria de esclarecer, em primeiro lugar, como essa usurpação aconteceu, em que circunstâncias, se a situação estava sanada e o que deveria ser feito para que não voltasse a ocorrer uma situação idêntica; em segundo lugar, manifestou a sua preocupação pelo facto de a Polícia Judiciária só ter tido conhecimento dessa ocorrência passado algum tempo. Nesse sentido, terminou dizendo ser da máxima importância a realização daquele conjunto de audições para apurar todos os factos e tentar resolver o problema para que, de futuro, não se repetisse uma situação semelhante.

No debate que se seguiu, o Senhor Deputado Francisco César (PS) referiu que ouviu com atenção as intervenções proferidas e que foi com alguma preocupação que verificou o conteúdo das mesmas, uma vez que delas retirou não a vontade de um esclarecimento, mas o estabelecimento de uma narrativa sobre o que alegadamente poderia ter acontecido. E passou a explicar que a situação conhecida era a seguinte: havia um conjunto de notícias sobre um alegado roubo de documentos de material supostamente classificado que foi colocado à venda na *Internet*, matéria essa que motivou uma reação discreta e responsável da parte do Ministério da Defesa Nacional e do Gabinete do Primeiro-Ministro, esclarecendo que essa matéria mereceria a maior atenção e que, verificando-se a existência do eventual problema, o mesmo deveria ser investigado; tendo, mais tarde, o DCIAP informado que as matérias que tinham vindo a público estavam sob investigação. Defendeu o orador que, tratando-se de matérias sensíveis, o pior que poderia acontecer seria trazer para a praça pública uma discussão política quando decorria uma investigação interna no Ministério Público. Acrescentou, todavia, que era óbvio que a este Parlamento era devido um esclarecimento por parte das entidades públicas, nomeadamente do Governo, mas defendeu que em nada esse esclarecimento seria prejudicado se pudesse esperar pelas respetivas investigações. Disse também que a credibilidade de Portugal no âmbito da sua participação na NATO nada ganhava com a exposição de alegadas fragilidades técnicas, nem com qualquer possibilidade de aproveitamento político ou de jogo mediático nesse âmbito, concluindo que essa era uma matéria que exigia responsabilidade e sentido de Estado, pelo que o Grupo Parlamentar do PS entendia que, naquele momento, não era oportuna a realização das audições requeridas pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CH e da



Comissão de Defesa Nacional

IL, além de que a vinda da Ministra da Defesa Nacional à Comissão, nos termos regimentais, estava prevista para muito breve.

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) disse que não iria replicar ponto por ponto a intervenção do Senhor Deputado do PS, mas não queria deixar de dar nota de que a questão de o ciberataque ter sido perpetrado através de contas pessoais ou de servidores fazia toda a diferença: não era um dado de todo irrelevante nessa análise. Defendeu, sobretudo, que obstaculizar que o Parlamento exercesse o seu dever de escrutínio e de acompanhamento de uma matéria cuja gravidade ninguém negava (e que já se traduzira num dano reputacional e de imagem de Portugal), produziria exatamente o efeito contrário do que, nas palavras do Deputado do PS, se pretendia evitar, uma vez que a desconfiança não iria reduzir, mas, sim, aumentar. E acrescentou que o facto de estar prevista a vinda da Senhora Ministra da Defesa Nacional à Comissão, em sede de audição regimental, não resolvia o problema, porque não seria numa audição pública que iria fazer perguntas sobre este tema - porque essa, sim, seria uma atitude irresponsável. Terminou dizendo que o Grupo Parlamentar do PSD não iria prescindir de ouvir a Senhora Ministra da Defesa Nacional, pelo que, desde já anunciava, que o PSD iria exercer o seu direito de requerer potestativamente a audição desse membro do Governo na Comissão.

O Senhor Deputado Rodrigo Saraiva (IL) disse não estar, infelizmente, surpreendido com a posição do Grupo Parlamentar do PS, disse igualmente não compreender que o princípio da separação de poderes pudesse colocar um deles «em banho-maria», enquanto os outros estavam a funcionar. Também contestou a ideia de que este tema, dada a sua especificidade e sensibilidade, pudesse ser tratado em breve, em sede de audição regimental da Ministra da Defesa Nacional, posição que, aliás, contradizia anteriores posições assumidas pelo PS. Concluiu dizendo que a Iniciativa Liberal entendia que as audições requeridas deveriam ser realizadas.

O Senhor Deputado Pedro Pessanha (CH) recordou que não era a primeira vez que essas situações ocorriam e que, portanto, devido ao tema e à natureza sigilosa da informação, defendia que as audições fossem realizadas à porta fechada. Insistiu na pertinência da realização de todas elas, razão pela qual o Chega manteria o requerimento e a intenção de ouvir todas essas entidades.



Comissão de Defesa Nacional

O Senhor Deputado Francisco César (PS) retorquiu que, ao contrário do que foi dito pelos diferentes Grupos Parlamentares, o Grupo Parlamentar do PS não estava a impedir o Parlamento de fazer o seu trabalho, porque, inclusive, havia um conjunto de mecanismos regimentais que estava a ser utilizado para que os partidos políticos pudessem cumprir com o que era o seu desejo. Explicitou que considerava, contudo, que estavam em causa as competências do próprio Parlamento, na medida em que não lhe cabia fazer uma investigação concreta sobre o que se possa ter passado no âmbito do roubo de documentos ou da respetiva publicação na *Internet*. Sublinhou que o PS queria evitar que uma matéria que, naquele momento, era alegadamente de investigação policial se pudesse transformar numa matéria de exposição do Estado português, numa matéria em que havia discussão política sobre possíveis fragilidades de Portugal no âmbito da sua participação na NATO. Concluiu dizendo que lhe parecia uma irresponsabilidade trazer para a política o que, naquele momento, não era da política, e – acrescentou - se houvesse apenas o objetivo de obter algum esclarecimento político, os grupos parlamentares teriam requerido a audição de uma entidade e não de cinco entidades.

No final, submetidos a votação conjunta, os três requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares da IL, do PSD e do CH foram rejeitados, com votos contra do PS, votos a favor do PSD, do CH, da IL e do BE e a abstenção do PCP.

5 - Outros assuntos

O Senhor Presidente deu nota de que a Senhora Ministra da Defesa Nacional propôs que a audição regimental, inicialmente prevista para o dia 20 de setembro e posteriormente adiada devido ao agendamento das jornadas parlamentares da IL, tivesse lugar no próximo dia 11 de outubro. Tal inviabilizaria, contudo, a visita de trabalho de uma delegação da Comissão ao «Portugal *Air Summit* 2022», em Ponte de Sor, naquela data, tal como previsto.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas e 40 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão de Defesa Nacional

Palácio de São Bento, 21 de setembro de 2022.

O Presidente da Comissão,

A handwritten signature in blue ink, which appears to read "Marcos Perestrello". The signature is fluid and cursive.

(Marcos Perestrello)



Comissão de Defesa Nacional

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão (PS)
Dora Brandão (PS)
Francisco César (PS)
Hugo Oliveira (PS)
Ivan Gonçalves (PS)
Manuel Dos Santos Afonso (PS)
Marcos Perestrello (PS)
Maria Da Luz Rosinha (PS)
Miguel Dos Santos Rodrigues (PS)
Ricardo Lino (PS)
António Prôa (PSD)
Carlos Eduardo Reis (PSD)
Cristiana Ferreira (PSD)
Joaquim Pinto Moreira (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Rui Vilar (PSD)
Pedro Pessanha (CH)
João Dias (PCP)
Joana Mortágua (BE)
Rui Paulo Sousa (CH)
Rodrigo Saraiva (IL)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Joana Sá Pereira (PS)
Sérgio Ávila (PS)
Adão Silva (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Patrícia Gilvaz (IL)